



UnB

Faculdade de Comunicação

Departamento de Jornalismo

AIKEWÁRAS: A GUERRA CONTRA O ESQUECIMENTO.

Thomas Jefferson Gonçalves

13/0038296

Orientador: Fernando Oliveira Paulino

Brasília, junho de 2016

AIKEWÁRAS: A GUERRA CONTRA O ESQUECIMENTO.

Memória do projeto experimental apresentado ao curso de Comunicação Social da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília como componente parcial para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo. Orientador: Fernando Oliveira Paulino.

Thomas Jefferson Gonçalves

Brasília, junho de 2016

Thomas Jefferson Gonçalves

AIKEWÁRAS: A GUERRA CONTRA O ESQUECIMENTO.

Monografia apresentada à Universidade de Brasília como requisito parcial para
obtenção do título de bacharel em Comunicação Social – Jornalismo

Banca Examinadora

Professor-orientador: Fernando Oliveira Paulino

Eumano Silva

Professora Suzana Guedes

Suplente: Professora Dione Moura

Brasília, junho de 2016

AGRADECIMENTOS

De todas as lições que aprendi em meu breve retorno à graduação, a principal foi que só não é possível vencer limitações a que nos sujeitamos. Agradeço a todos que me acompanharam nessa jornada e acreditaram em mim, especialmente a minha família, que nunca estará longe de meus pensamentos. Agradeço a meu orientador pela paciência que teve com minhas dificuldades em terminar este projeto. Também, a Iara Ferraz, que foi fundamental para que tudo isto fosse viabilizado. A Umasu, a Api, a Tawé e a Marahy, bem como a todos os aikewáras, que me receberam de braços abertos em suas casas sem nada pedir em troca. A Júnior Bacana e a Éric Jamaica, com quem sempre pude contar. A Teresa Sobreira, pelas imagens cedidas. E a tantas outras pessoas que passaram em minha vida na estrada rumo ao desconhecido e que, de uma forma ou de outra, contribuíram para meu crescimento.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo criar uma reportagem a respeito de como os indígenas da etnia aikewára foram toturados por agentes do Estado durante os combates contra a Guerrilha do Araguaia, em inícios dos anos 1970. Também, tenciona-se refletir a representação dos indígenas pela mídia, mais especificamente grandes jornais impressos. Por fim, são propostas outras discussões pertinentes ao processo de desenvolvimento deste TCC, como a maneira ideal de se escrever o nome de etnias indígenas e a participação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília no Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da UnB. Espera-se, com este projeto, que a questão indígena mantenha-se ativa na sociedade, bem como ajudar no aprimoramento da participação de graduandos de comunicação em pesquisas que demandem aprovação de mérito ético.

Palavras-chave: grande reportagem, novo jornalismo, indígena, aikewára, Guerrilha do Araguaia, Comissão Nacional da Verdade, mídia, CEP-IH.

ABSTRACT

The present final course assignment aims to produce a in-depth report about the tortures promoted by government agents against indigenous people of the Aikewara ethnicity during the conflicts against the Araguaia Guerrilla, in the beginning of the 1970s. Also, this project proposes a discussion about how indigenous people are portrayed by mass media, specifically big newspapers. Finally, it also debates subjects which were important to the development of this essay, like the ideal way to write the name of indigenous ethnicities and how the Communication College of the University of Brasília could collaborate with the Committee of Research in Ethics of Human Sciences Institute of UnB. With this project it is desired that the indigenous question be kept active in the society, as well as helping in the improvement of the way graduating students of communications participate in researches which demand the approval of ethics merit.

Keywords: report, new journalism, indigenous people, Aikewara, Araguaia Guerrilla, National Truth Commission, media, CEP-IH.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. JUSTIFICATIVA	10
3. OBJETO E OBJETIVO	11
4. PERGUNTAS	12
5. REFERENCIAIS TEÓRICOS.....	13
5.1. GRANDE REPORTAGEM	13
5.2. JORNALISMO LITERÁRIO	15
5.3. OS POVOS INDÍGENAS	16
5.4. OS AIKEWÁRAS	18
5.5. OS INDÍGENAS DURANTE A DITADURA MILITAR.....	19
5.6. A GUERRILHA DO ARAGUAIA	22
6. A REPRESENTAÇÃO DO INDÍGENA NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO . 26	
6.1. A COBERTURA POR JORNAIS IMPRESSOS SOBRE A INDENIZAÇÃO DOS AIKEWÁRAS EM 2014	26
6.2. ORIGENS DA VISÃO ESTEREOTIPADA DO AMERÍNDIO.....	28
6.3. A REPRESENTAÇÃO DO INDÍGENA NA MÍDIA IMPRESSA.....	30
7. ÉTICA NA PESQUISA.....	33
7.1. O PROCESSO DE AUTORIZAÇÃO PARA INGRESSO EM TERRITÓRIO INDÍGENA.....	33
7.2. SOBRE O MÉRITO ÉTICO EM PESQUISA	35
7.3. A DISPENSA DO MÉRITO ÉTICO.....	37
7.4. SUGESTÕES PARA A INTEGRAÇÃO ENTRE O SISTEMA CEP- CONEP E A FACULDADE DE COMUNICAÇÃO DA UNB.....	38
8. QUESTÃO ONOMÁSTICA E REPRODUÇÃO DE FALAS	40
8.1. ETNIAS INDÍGENAS	40
8.2. REPRODUÇÃO DE FALAS.....	44
9. METODOLOGIA	46
10. CONCLUSÃO	48
11. ORÇAMENTO	50
12. REFERÊNCIAS	51
13. ANEXOS	53

1. INTRODUÇÃO

No segundo semestre de 2014 eu estava cursando a disciplina Jornalismo em Rádio, ministrada pelos professores Carlos Eduardo Esch e Nelia Del Bianco, na Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB). A partir de determinado ponto do curso, era necessário trazer uma notícia por semana para gravar no estúdio de rádio. Foi nessa época que fiquei sabendo do julgamento do processo dos aikewáras pela Caravana da Anistia. Mais do que a história deles, me chamou a atenção o fato de que o ocorrido foi pouco noticiado pela mídia e nenhum meio fez uma reportagem detalhando o que aconteceu com aqueles indígenas. Passei a questionar a representação do indígena na mídia e fui me inteirando do vasto material que existe.

Percebi que precisava de contar aquela história sob meu ponto de vista, indo até lá e conhecendo de perto a realidade daquele povo. Após o fim da disciplina Pré-Projeto, no semestre seguinte, ministrada pelo professor Wladimir Gramacho, comecei os trabalhos para efetivar meu trabalho de conclusão de curso. Foi quando entrei em contato com Iara Ferraz, antropóloga que conviveu com os aikewáras por três décadas e foi fundamental para o início da apuração. Começava também o périplo para obter autorização da Fundação Nacional do Índio (Funai), dificultada pela exigência de ter aprovado o mérito ético pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília. Esse processo atrasou o início de meu projeto em seis meses. Porém, outros desafios viriam.

Foi muito difícil planejar praticamente sozinho toda a viagem para um destino praticamente desconhecido e tão diferente de qualquer realidade que eu já havia presenciado – não fazia muita ideia de o quê me aguardava na aldeia Sororó. Se, por um lado, a estada com os aikewáras foi agradável, por outro começava o difícil trabalho de amarrar todas aquelas histórias, filtrar e decupar tanta informação – tanto textual quanto imagética. Ao voltar, precisei de interromper meu TCC por seis meses para terminar meu Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic), orientado pela professora Suzana Guedes.

Ao retomar meu trabalho, já no segundo semestre de 2016, outros desafios surgiram – como buscar fontes alternativas, compreender lados diferentes da mesma história e perceber quais fontes eram ou não confiáveis. Até hoje persistem efeitos perversos dos tempos de censura da ditadura militar, que dificultam a compreensão de

um período tão sombrio deste país. A demora em concluir este TCC trouxe a oportunidade de analisar o impacto da indenização recebida pelo Estado na vida dessas pessoas – dinheiro que demorou mais de quarenta anos para ser recebido.

Algo que notei durante o desenvolvimento deste TCC foi o preconceito velado de algumas pessoas que desprezaram o tema por terem uma percepção estereotipada do indígena, por acreditarem que essa seria apenas mais uma suposta história falsa para alguns ganharem indenização do Estado ou por simples ignorância de que indígenas sofreram nas mãos dos militares durante a ditadura. Esse foi o sinal mais claro de que eu deveria prosseguir com meu tema, apesar das dificuldades.

2. JUSTIFICATIVA

O reconhecimento do direito de anistia dos catorze aikewáras é muito relevante para a sociedade brasileira. Primeiro, porque é a primeira vez que um conjunto de indivíduos indígenas consegue esse direito, o que pode criar jurisprudência. Segundo, porque reaviva, em nossas memórias, os horrores perpetrados durante a ditadura militar. Também, indica, mais uma vez, a preocupação da sociedade e de seus representantes em corrigir erros do passado. E, finalmente, porque nos incita a imaginar quantos outros casos similares ocorreram, ocultados por um preconceito velado que ainda persiste contra os povos indígenas.

Ainda se verifica, por parte da mídia, uma cobertura preconceituosa e estereotipada do indígena, o que se reflete na sociedade. Isso ajuda a manter injustiças promovidas contra uma minoria que, ainda hoje, tem dificuldade para expressar-se. Segundo dados do Censo IBGE de 2010, os que se declaram indígenas representam 0,1% da população. Apesar dos avanços obtidos por meio de programas sociais, que foram capazes de aumentar a demografia de alguns povos, certas etnias ainda estão ameaçadas pelo que se pode considerar um genocídio velado.

O clipping de notícias feito para este TCC indica o quanto assuntos indígenas são filtrados pelos meios de comunicação – especialmente os de caráter positivo. Além disso, a comparação que foi feita em capítulo adiante sobre duas reportagens feitas no mesmo ano – a de Lucas Figueiredo para a revista *GQ Brasil* e a de Ismael Machado para o *Diário do Pará* – demonstra o quanto a visão estereotipada do “mau selvagem” ainda é atribuída a indígenas.

Além disso, em um momento em que a Guerrilha do Araguaia completa cinquenta anos, ainda são necessárias reflexões sobre esse período da história de nosso país – tanto para compreendê-lo quanto para evitar que algo similar um dia volte a ocorrer.

3. OBJETO E OBJETIVO

O objeto deste trabalho de conclusão de curso é a reportagem sobre os catorze indígenas da etnia aikewára que receberam indenização do Estado em 2014 por torturas cometidas por agentes do Estado durante os anos 1970. Especificamente, quatro dos aikewáras julgados pela Caravana da Anistia: Umasu Suruí, Api Suruí, Tawé Suruí e Marahy Suruí. Esses foram escolhidos por razões tais como: compreendem melhor o português, não estavam participando da colheita de castanha-do-pará e moravam na aldeia Sororó, única cujo acesso foi permitido pela Funai.

O objetivo é criar uma grande reportagem que incite a reflexão nas pessoas sobre as injustiças cometidas por militares durante a Guerrilha do Araguaia – não apenas contra guerrilheiros ou camponeses, mas também contra indígenas. Pretende-se assim divulgar dados sobre os crimes sofridos por indígenas durante a ditadura militar que ainda hoje são pouco conhecidos.

Além disso, por meio deste memorial descritivo, pretende-se apresentar uma discussão teórica sobre a representação do indígena na mídia, bem como abordar questões pontuais e operacionais sobre a produção deste trabalho de conclusão de curso.

4. PERGUNTAS

As principais perguntas que este trabalho de conclusão de curso pretende responder são relacionadas com os indígenas. Como realizar reportagem sobre indígenas? O que aconteceu com os aikewáras durante a Guerrilha do Araguaia? Quem são os indígenas indenizados em 2014 pela Caravana da Anistia? Qual foi o impacto do dinheiro recebido do Estado em suas vidas? Como a mídia impressa representa ainda hoje questões indígenas?

5. REFERENCIAIS TEÓRICOS

5.1. GRANDE REPORTAGEM

O gênero escolhido para o produto deste trabalho de conclusão de curso foi a grande reportagem. É preciso, todavia, de diferenciar este de dois outros gêneros – notícia e reportagem –, bem como justificar essa escolha. Os manuais de redação dos jornais impressos são fundamentais para orientar seus funcionários sobre a linha editorial que o veículo em questão segue. O Manual de Redação e Estilo de O Estado de S. Paulo assim delimita a diferença entre notícia e reportagem:

A reportagem pode ser considerada a própria essência de um jornal e difere da notícia pelo conteúdo, extensão e profundidade. A notícia, de modo geral, descreve o fato e, no máximo, seus efeitos e consequências. A reportagem busca mais: partindo da própria notícia, desenvolve uma sequência investigativa que não cabe na notícia. Assim apura não somente as origens do fato, mas suas razões e efeitos. Abre o debate sobre o acontecimento, desdobra-o em seus aspectos mais importantes (...). A notícia não esgota o fato; a reportagem pretende fazê-lo (MARTINS org., 1997:254).

Se o tema é algo que merece ser tratado com profundidade, então o gênero mais adequado seria a reportagem. Essa também é a visão de outros autores, como Nilson Lage, em *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística* (2003). Para o autor, a notícia se ocupa com fatos inéditos, ao passo que a reportagem é viabilizada mais pela intenção do repórter em se aprofundar em um assunto relevante do que com a novidade do fato, não se limitando a critérios rígidos de noticiabilidade (LAGE, 2003). Ainda, de acordo com Lage, na reportagem o jornalista é bem mais participativo, envolvendo-se desde a sugestão de pauta até a edição, não se limitando a mera testemunha.

Essa perspectiva encaixa-se com a proposta deste TCC, que resolveu tratar de um assunto que não era novidade, de maneira a envolver o agente que o produziria em todas as etapas do processo. Assim, o tempo necessário para a conclusão do trabalho seria naturalmente maior.

Ao decidir o tema deste TCC, constatou-se que houve a veiculação de poucas notícias sobre o fato – a indenização aos aikewáras concedida pela Caravana da Anistia. Contudo, não se encontrou nenhuma reportagem publicada por grandes jornais sobre o tema à época do fato, o que levou ao questionamento do por quê disso. Acredita-se que o tema seja relevante o suficiente para se provocar o debate na sociedade, até porque esse é um assunto distante de estar esgotado – ainda há muitas dúvidas em aberto.

Uma possível resposta para isso está na dissertação de mestrado de Ana Beatriz Magno, *A agonia da grande reportagem* (2006). Magno analisa as reportagens vencedoras do Prêmio Esso de Jornalismo (hoje, Prêmio ExxonMobil de Jornalismo) desde sua criação, em 1956, até 2005. O último vencedor cuja reportagem tinha temática social fora Zuenir Ventura, que escrevera sobre a morte de Chico Mendes. A grande maioria dos premiados seguintes dedicaram-se a um único tema: escândalos políticos, em um formato que se aproxima mais da notícia, com textos mais curtos, preocupados com a velocidade e o ineditismo de fatos (MAGNO, 2006).

A diminuição da reportagem em seu formato clássico passa pela revolução da informática que vivemos nas últimas décadas, reduzindo o tempo de que o público precisa para se informar sobre algo. A redução de custos nas redações também afeta a produção de reportagens, que carecem de investimento e tempo, bem como de profissionais mais experientes.

Os prazos de fechamento e os espaços editoriais ficaram ainda mais rígidos e ainda mais conectados com o caixa das empresas. Segundo, cortaram as pernas e o orçamento das reportagens. Substituíram os salários dos repórteres experientes pelo deslumbre barato dos estagiários (MAGNO, 2006, p. 122).

A grande reportagem seria um subgênero da reportagem, por carecer de ainda mais investimentos de tempo e de recursos. Como indica Ricardo Kotscho, no livro *A Prática da reportagem*, “a grande reportagem rompe todos os organogramas, todas as regras sagradas da burocracia” (KOTSCHO, 1995). A grande reportagem também pode ser compreendida como o gênero mais adequado para recursos de literatura, podendo o jornalista inclusive se fazer presente no texto, como observa Dione Oliveira Moura em *O jornal: da forma ao sentido*:

Impressões, descrições, ritmos, imagens mentais, arguições, interpelações são fenômenos que podem ser percebidos na leitura de reportagens, mais ainda em grandes reportagens (relatos em profundidade, com largo espaço de apuração e produção da matéria) e em entrevistas de maior fôlego, como as apresentadas em cadernos (MOURA, 2012).

Como o objetivo deste TCC foi tentar transpor o leitor para o ambiente em que os aikewáras vivem, descrevendo sensações e detalhes, optou-se pelo gênero grande reportagem e o texto apresenta influências do jornalismo literário.

5.2. JORNALISMO LITERÁRIO

Também chamado de novo jornalismo, o jornalismo literário é um gênero jornalístico desenvolvido em meados do século XX (WOLFE, 2005). Seus pioneiros foram escritores estadunidenses que resolveram desafiar os limites entre jornalismo e literatura por meio de experimentações publicadas, inicialmente, em veículos como *The New Yorker*, *Esquire* e *Herald Tribune*. Entre os expoentes, destacam-se Tom Wolfe, Gay Talese, Norman Mailer e Truman Capote.

Para Marcelo Bulhões, em *Jornalismo e literatura em convergência*, este não pode ser considerado um movimento, visto que não houve manifesto de princípios nem se constituiu por grupo coeso de pessoas (BULHÕES, 2007). Foi, na verdade, algo espontâneo, em uma construção permanente que se verifica até hoje.

Pela proposta do jornalismo literário, conceitos importantes para o jornalismo tradicional, como a pirâmide invertida, a noticiabilidade, a objetividade, os prazos e as preocupações de viabilidade de produção são subvertidos ou ignorados. Continua, contudo, sendo jornalismo, como assim define Gay Talese:

O novo jornalismo, embora possa ser lido como ficção, não é ficção. É, ou deveria ser, tão verídico, como a mais exata das reportagens, buscando embora uma verdade mais ampla que a possível através da mera compilação de fatos comprováveis, o uso de citações, a adesão ao rígido estilo mais antigo. O novo jornalismo permite, na verdade exige, uma abordagem mais imaginativa da reportagem (...) (TALESE, *apud* UNGARETTI, 2001).

Ainda de acordo com Talese, as pessoas comuns – não apenas os poderosos ou famosos – são detentoras de informação capaz de ampliar o conhecimento da sociedade – um dos principais objetivos do jornalismo. Deve-se, contudo, ter paciência para conhecer quem nos cerca. O esforço do jornalista, nesse caso, não se resume a apurar esses indivíduos, mas também convencer o editor a publicar essas histórias.

Tal abordagem foi experimentada neste trabalho, buscando-se ouvir não apenas aqueles que constituem o objeto principal da reportagem – os aikewáras – mas também outras pessoas que compõem esse universo. Entre elas, Diócles Rocha de Aguiar, conhecido como Júnior Bacana, imbuíu-se do arquétipo do mentor, servindo como condutor a um mundo à parte, tal qual Caronte, o barqueiro da mitologia grega que navegava pelo Estígie – o rio que separava o mundo dos vivos e dos mortos.

5.3. OS POVOS INDÍGENAS

Houve um grande aprendizado durante este projeto para mitigar certos conceitos a respeito de populações indígenas, ainda resquícios da colonização. Ao mesmo tempo, esse ponto de vista estereotipado foi importante para compreender uma das principais questões deste TCC: a representação dos indígenas na mídia. Porém, antes de discorrer sobre a temática, é preciso antes de um breve histórico sobre essas populações.

Descobertas recentes indicam a possibilidade da presença de humanos no continente americano há 130 mil anos. Isso revolucionaria o entendimento estabelecido até então, que sugere que a presença humana na América ter-se-ia dado há 15 mil anos. Se confirmado, é provável que esses humanos nem sequer tenham sido *homo sapiens*, mas sim neandertais ou outra espécie¹. Independentemente dessa confirmação, claro está que a presença humana se dá na América há muito mais tempo do que a chegada dos europeus, que estabeleceram uma visão eurocêntrica de “descoberta” de um “novo mundo”.

Essa mesma perspectiva eurocêntrica cometeu um erro básico de percepção, quando os primeiros exploradores – entre eles Cristóvão Colombo – acreditaram ter chegado às Índias. À época, “Índias” não se referia apenas ao subcontinente indiano onde hoje se localiza a maior parte do país denominado Índia. Poderia, dependendo da referência, indicar as regiões sul e sudeste da Ásia (OXFORD, 2003). E as populações que ali habitavam eram denominadas pelos europeus como “índios” – e, novamente, não se referindo apenas a indianos. Em pouco tempo – muito provavelmente Pedro Álvares Cabral já tinha consciência de que não estavam no Oriente –, percebeu-se que as novas terras eram um novo continente, denominado América em referência a Américo Vesúcio, um dos primeiros exploradores a perceber o fato e a divulgá-lo.

Contudo, o conceito de “Índias” se estabeleceu, diferenciando-se as Índias Ocidentais das Orientais. E o impreciso termo “índio” continuou sendo amplamente usado para os aborígenes da América, em vez do mais correto “indígena”: do latim, *indi* (do lugar) e *gens* (população) – “natural do lugar em que vive, gerado dentro da terra

¹ THE NEW YORK TIMES. *Humans Lived in North America 130,000 Years Ago, Study Claims*. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2017/04/26/science/prehistoric-humans-north-america-california-nature-study.html?_r=0>. Acessado em 28-04-2017.

que lhe é própria"². Essa seria a maneira mais correta de se referir às diferentes populações autóctones que vivem na América.

Quando os europeus chegaram à América, houve um prolongado processo de extermínio e aculturação desses povos indígenas, cada vez mais empurrados para o interior e destituídos de meios para sobreviver. Tensões entre as populações indígenas e entre essas e os não indígenas ainda se verificam, inclusive na história recente dos aikewáras, que no início do século XX foram oprimidos tanto por fazendeiros quanto por caiapós-xicrins. Muitos povos não existem mais e outros mantiveram pouco ou nada de sua cultura original. A exceção se dá com tribos isoladas na mata, as quais ainda podem ser descobertas³. Mesmo essas populações correm risco de serem erradicadas se não receberem a devida proteção.

Ao contrário do que sugere a historiografia clássica, os europeus encontraram sociedades sofisticadas ao chegar ao Brasil. Aldeias faziam trocas entre si, guerreavam e se aliavam, além de promover mudanças no meio ambiente para o cultivo de culturas. Havia diferentes idiomas e costumes, caracterizando cada povo. Em pouco tempo, os indígenas perceberam as intenções dos recém-chegados e apresentaram resistência. Algumas tribos se aliaram a diferentes colonizadores em troca de vantagens, ajudando a eliminar tribos rivais. Paralelamente, a igreja católica, por meio dos jesuítas, intercedeu visando a proteger os indígenas mais passivos, catequizando-os e destituindo-lhes de sua cultura.

As guerras de resistência indígena ocorridas na primeira fase da colonização – impetradas especialmente por tupinambás, tupiniquins, aimorés e temiminós – calçou muito da percepção do europeu a respeito dos indígenas. Além da imagem do indígena inocente, exótico e pacífico, consolidou-se a do selvagem canibal e bárbaro. Isso pode ser percebido no poema *Feitos de Mem de Sá*, do padre jesuíta José de Anchieta (ANCHIETA, 1970).

Do fundo do coração ao Pai celeste dá graças
e rende a Jesus as merecidas honras.

² CIBERDÚVIDAS DA LÍNGUA PORTUGUESA. A etimologia das palavras *indígena* e *indigente*. Disponível em: <<https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/a-etimologia-das-palavras-indigena-e-indigente/26406>>. Acessado em 28-4-2017.

³ BBC BRASIL. Fotografia faz registro raro de tribo isolada em floresta no Acre. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-38399604>>. Acessado em 28-4-2017.

Foi ele quem quis que fosses tu nas regiões brasileiras
primeiro propagador de seu bendito nome.

O primeiro a vingar os ultrajes do gentio inumano
e dobrar-lhe a cerviz às tuas ordens justas.

Ao peso do teu braço, os altivos Brasis esqueceram
seus ferozes costumes e seus sangrentos ritos.

Eia! novo ardor, ancião! extermina as maldades,
submete ao Deus eterno essas nações selvagens.

(...)

Aí se ajuntara toda a juventude guerreira de sangue borbulhante e sedento de lutas
infames. Brande as armas feroz: o arco e as setas velozes, o tacape ornado de penas
várias, alisado e polido pela mão do bárbaro com o ferro ou dente afiado do porco
montês: em todas as suas ferozes usanças é a arma que os serve.

(...)

Outros ornam o topete com asas de pássaros
e dependuram muitos enfeites dos penteados cabelos.

Com estes e muitos outros adereços, medonhos e feios,
cobrem os membros nus os selvagens ferozes.

Ao vê-los o herói, poderosos em número e armas,
aí reunidos para saquear barbaramente
a gente lusitana toda (...).

De certa forma, essa dicotomia se apresenta na percepção da sociedade ainda hoje: ou o indígena é puro, ou é selvagem. Não é possível haver, de acordo com essa visão preconceituosa, indígena inserido na sociedade moderna, com direitos e deveres como outro cidadão e a si disponíveis bens de consumo. A falta de conhecimento das nações indígenas por parte da sociedade moderna se reflete, inclusive, na adoção de termos incorretos – como foi o caso de “índio”. Os aikewáras, quando descobertos nos anos 1960 no Pará, foram denominados “suruís” – termo que eles não sabem de onde vem e é homônimo ao nome de outra tribo de Rondônia, os pateres, que não compartilha laços diretos com eles.

5.4. OS AIKEWÁRAS

Para esta pesquisa, a principal referência para os aikewáras foi a antropóloga Iara Ferraz, que conviveu com os indígenas por mais de trinta anos. Tendo chegado à região alguns anos após a Guerrilha do Araguaia, Ferraz é importante testemunha do processo pelo qual os aikewáras passaram, inclusive participando da comissão que desenvolveu o

relatório *Tempo de guerra*, entregue a Maria Rita Kehl, integrante da Comissão Nacional da Verdade⁴, e importante subsídio para o processo de indenização julgado pela Caravana da Anistia. Os contatos com Ferraz para este projeto iniciaram-se seis meses antes da viagem à aldeia Sororó e se mantêm até hoje.

Também constituíram importante fonte de informação a respeito dos indígenas os profissionais da Funai que intermediaram o contato com esses e conduziram à aldeia, especialmente Diócles Rocha de Aguiar, conhecido localmente como Júnior Bacana. Aguiar chegou a ser, durante um período, o supervisor responsável pela Terra Indígena Sororó, onde se encontram os aikewáras.

Por fim, o contato direto com os aikewáras se demonstrou essencial para compreendê-los. A decisão de conversar com apenas quatro dos catorze indenizados se deu por questões práticas: eram alguns dos mais acessíveis, compreendiam melhor o português, estavam disponíveis durante a época da visita à aldeia – período de colheita de castanha-do-pará – e se concentravam na aldeia Sororó, única que a Funai permitiu visitar.

5.5. OS INDÍGENAS DURANTE A DITADURA MILITAR

Um capítulo ainda oculto na história do Brasil é sobre os crimes impetrados contra populações indígenas durante o período de ditadura militar de 1964 a 1985. Aliada à censura geral que a mídia sofria à época estava a indiferença da sociedade a esses povos. As discussões sobre as práticas criminosas promovidas por agentes do Estado contra indivíduos da resistência se concentram naqueles que participaram da guerrilha urbana e camponesa. Pouco se fala sobre o que ocorreu com indígenas.

O relatório final apresentado pela Comissão Nacional da Verdade, contudo, é assustador. Se, por um lado, foram reconhecidos 434 de mortos ou desaparecidos de não indígenas que resistiram à ditadura, entre indígenas esse número é estimado em 8.350 – uma proporção de vinte indígenas para cada não indígena. Esse genocídio velado ocorreu especialmente por projetos de ocupação do Oeste e do Norte, com construção de estradas, hidroelétricas, fábricas e apropriação de terras para cultivo.

⁴ COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. CNV recebe relatório sobre violações de direitos dos índios Aikewara, Suruí, do Pará. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/outros-destaques/483-cnv-recebe-relatorio-sobre-violacoes-de-direitos-dos-indios-aikewara-suru-i-do-para.html>>. Acessado em 28-4-2017.

Os principais povos a sofrer violações de direitos humanos no período, de acordo com o relatório da CNV, foram os cintas-largas (RO), uaimiris-atroaris (AM), tapaiúnas (MT), ianomâmis (AM/RR), xetás (PR), panarás (MT), paracanãs (PA), xavantes de marãiwatsedé (MT), arauetés (PA) e araras (PA). Mas há muitos outros, como os avás-canoeiros (TO), acrãticatejês (PA), aikewáras (PA) e crenaques (MG). O que torna a situação mais absurda é que justamente a instituição estatal que deveria protegê-los, a Funai, denominada Serviço de Proteção aos Índios (SPI) até 1967, facilitou a ocorrência dessas injustiças, como se verifica, por exemplo, no relatório *Tempo de guerra*.

Gradualmente, histórias do passado começam a surgir. É o caso, por exemplo, dos chamados centros de recuperação indígenas criados em inícios dos anos 1970 em Minas Gerais – o Reformatório Krenak, em Resplendor (MG), e a Fazenda Guarani, em Carmésia (MG). Ambos se constituíram em verdadeiros campos de concentração, detendo indígenas sem o devido processo legal e contra eles perpetrando diversas violações de direitos humanos – como torturas, espancamentos, trabalhos forçados, privação de comida, falta de cuidados básicos e mesmo execuções⁵⁶. Ambos os centros reuniam indígenas de diferentes etnias e regiões, mas especialmente crenaques, por viverem nas proximidades. Com a desculpa de que os indígenas eram para lá encaminhados para serem melhores educados após cometerem diferentes delitos – como vadiagem, embriaguez ou circulação fora de sua reserva indígena – muitos eram, na realidade, para lá enviados por resistência a interesses capitalistas para apropriação indevida de suas terras⁷. Esses reformatórios foram paulatinamente abandonados em inícios dos anos 1980. Em 2016, o Ministério Público Federal em Minas Gerais (MPF-MG) ajuizou ação pública contra esses e outros crimes praticados pelo Estado contra populações indígenas⁸, mas o caso ainda é pouco conhecido pela sociedade.

⁵ CARTA CAPITAL. Ditadura criou cadeias para índios com trabalhos forçados e torturas. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/ditadura-criou-cadeias-para-indios-com-trabalhos-forcados-e-torturas-8966.html>>. Acessado em 28-4-2017.

⁶ PUBLICA. Um campo de concentração indígena a 200 quilômetros de Belo Horizonte (MG). Disponível em: <<http://apublica.org/2013/06/um-campo-de-concentracao-indigena-200-quilometros-de-belo-horizonte-mg/>>. Acessado em 28-4-2017.

⁷ O GLOBO. As tragédias dos índios Krenak. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/as-tragedias-dos-indios-krenak-18533019>>. Acessado em 28-4-2017.

⁸ MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. MPF/MG: ação pede que Estado brasileiro seja responsabilizado por graves violações de direitos humanos dos Krenak. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg/mpf-mg-acao-pede-que-estado-brasileiro-seja-responsabilizado-por-graves-violacoes-de-direitos-humanos-dos-krenak>>. Acessado em 28-4-2017.



Fig. 1. Cena do filme *Arara*, de Jesco von Puttmaker, que mostra cenas da formatura da primeira turma da Guarda Rural Indígena, em fevereiro de 1970. Viria a se tornar o único registro conhecido de prática de tortura em evento oficial no Brasil⁹.

Outro caso famoso de violação de direitos humanos contra indígenas e diretamente relacionado aos reformatórios mineiros de Resplendor e Carmésia foi a criação da Guarda Rural Indígena (Grin), também em Minas Gerais. Subordinadas à Ajudância Minas-Bahia da Funai e à Polícia Militar de Minas Gerais, a Grin foi instituída por portaria da Funai de setembro de 1969 e teve a formatura da primeira turma em fevereiro do ano seguinte. O evento foi cercado de pompa, com a presença do governador de Minas Gerais, Israel Pinheiro, e do ex-vice-presidente da República José Maria Alkmin¹⁰. Durante o desfile, que foi filmado, dois indígenas feitos soldados carregam em um pau de arara um terceiro indígena, constituindo-se no único registro em imagem conhecido de tortura praticada durante evento oficial no Brasil¹¹.

⁹ FORUMDOC.BH. Arara – Guarda Rural Indígena. Disponível em: <<http://www.forumdoc.org.br/movie/arara-guarda-rural-indigena/>>. Acessado em 28-4-2017.

¹⁰ FOLHA DE S.PAULO. A missão. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/77297-a-missao.shtml?cmpid=hardassinanteuol>>. Acessado em 28-4-2017.

¹¹ PUBLICA. Treinados pela PM, índios-soldados reprimiam seus pares. Disponível em: <<http://apublica.org/2013/06/treinados-pela-pm-indios-soldados-reprimiam-seus-pares/>>. Acessado em 28-4-2017.

A Grin tinha como missão controlar indígenas que perturbassem de alguma forma a ordem, fossem aqueles que praticassem delitos menores ou aqueles resistentes a projetos de incorporação de terras indígenas, prendendo-os dentro de sua terra indígena, espancando-os e, em último caso, conduzindo aos reformatórios Krenak e Guarani. Entre os povos que mais sofreram ações da Grin, estão os maxacalis, que à época tiveram terras localizadas no vale do rio Doce invadidas por posseiros¹². Em pouco tempo, a Grin se constituiu em poder paralelo, praticando diversos desmandos contra as populações indígenas, e logo a Funai resolveu extingui-la, já em 1974. Este caso também faz parte da ação pública do MPF-MG contra o Estado.

Diversos outros casos de violência contra indígenas ocorreram durante a ditadura, a maioria ainda pouco conhecida. Gradualmente, o Estado vem reconhecendo erros do passado e promovendo ações de reparação. Contudo, o processo ainda é moroso e muitas vezes insuficiente. Cabe à sociedade conscientizar-se desses crimes e exigir justiça. Mesmo porque os crimes contra indígenas continuam ocorrendo ainda hoje.

5.6. A GUERRILHA DO ARAGUAIA

Um dos maiores conflitos armados da história recente do Brasil, a Guerrilha do Araguaia é chave para a compreensão do objeto deste trabalho: as torturas praticadas contra os aikewáras em inícios dos anos 1970. Justamente porque o conflito ocorreu em região próxima à área em que os aikewáras viviam. Este é mais um episódio ainda em aberto dos anos de chumbo e que divide opiniões na sociedade.

Com o golpe militar de 1964, diferentes oposições se organizaram no Brasil. O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) inspirou-se na experiência de Mao Tse Tung para alcançar a revolução comunista no país. Tung percebeu que na China, país predominantemente agrário e pobre em inícios do século XX, certas prerrogativas do marxismo e do leninismo precisariam de ser adaptadas, especialmente no que se refere às condições presentes para favorecer a revolução (MEISNER, 1999). Segundo a visão voluntarista de Tung, as condições subjetivas – a vontade de rebelar-se – são mais importantes do que as condições objetivas da sociedade – o estágio da luta de classes. E

¹² POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. A guarda rural indígena. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/povo/maxakali/774>>. Acessado em 28-4-2017.

a revolta armada é o meio necessário para garantir a sublevação das classes oprimidas, muito mais do que meios políticos.

Nesse sentido, uma guerra prolongada iniciada primeiro no interior, por camponeses, para gradualmente conquistar cidades e finalmente o poder, seria mais viável do que o inverso – a tomada do poder pelo proletário seguida de uma guerra civil, como ocorrera na Revolução Russa. Além disso, Tung pregoava a “linha de massas”: a mobilização da maior quantidade possível das classes proletária e campesina, alinhando seus objetivos com o do partido comunista.

Seguindo a mesma linha, o PCdoB encontrou em um rincão do Pará as condições consideradas perfeitas para começar uma revolução armada prolongada. Os camponeses e ribeirinhos da região eram miseráveis e viviam à mercê de posseiros que lhes impunha trabalho análogo à escravidão. O local era de difícil acesso mesmo para militares e a comunicação era precária. Situava-se na parte central do país, de onde a revolta poderia irradiar-se para todas as direções. E, até as forças militares finalmente articularem o contra-ataque, muitas cidades poderiam ser conquistadas (MORAIS & SILVA, 2005).

Já a partir de 1964, começaram os preparativos para a revolução, com o envio de militantes para treinamento militar na China (GASPARI, 2002). Entre 1967 e 1971, os militantes chegaram à região do Araguaia, advindos de diferentes cidades. Buscavam passar-se por habitantes locais, pretendo misturar-se a camponeses e ribeirinhos e conquistar a simpatia desses. Prestavam auxílio médico e educacional, estabeleciam trocas de produtos e abriam diferentes comércios, como farmácia, bar e armazém. Ao mesmo tempo, buscavam a mobilização dos locais, inculcando pensamentos de esquerda. Os guerrilheiros chegaram a somar em torno de 60 pessoas e mantinham os preparativos para o conflito, estocando munição e alimentos, além de manter treinamento de combate em selva. A inserção dos militantes na sociedade local, porém, nunca funcionou muito bem, pois sempre eram vistos como diferentes, apelidados “paulistas”.

A operação foi descoberta pelos militares antes que ela pudesse se preparar. Pelo planejamento do PCdoB, ainda seriam necessários pelo menos mais dois anos. Há controvérsias sobre como a guerrilha foi desbaratada. Algumas fontes citam o depoimento de Pedro Albuquerque, que se evadiu da operação em novembro de 1971 junto com sua mulher e foi preso em Pernambuco. Outras citam o depoimento de Lúcia

Regina Martins, mulher de Lúcio Petit da Silva, que também saiu do Araguaia em fins de 1971 por estar grávida e sofrendo de hepatite e tuberculose. Ao chegar a São Paulo, seus pais a teriam pressionado a delatar as atividades (FILHO, 2012).

Entre 1969 e 1971, os militares já haviam desbaratado outras ações de guerrilha em áreas rurais sem grandes dificuldades, como na região do Bico de Papagaio, atual Tocantins, e durante a Operação Mesopotâmia, nas cercanias em Imperatriz, Maranhão, ambos os casos envolvendo a Ação Libertadora Nacional (ALN) e a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) (STUDART, 2006). Talvez por isso não mobilizaram muitas forças nas primeiras ações no Araguaia. Essa decisão se demonstrou um erro crucial e a principal responsável pelo prolongamento do conflito.

Ao todo, os militares realizaram pelo menos quatro operações principais no Araguaia: Papagaio, Sucuri, Marajoara e Limpeza, sendo a última algo não oficial após o término dos combates, em 1975. Inicialmente, os militares chegaram com muita truculência junto aos locais e usaram poucos recursos de inteligência, embrenhando-se em terreno pouco conhecido e sofrendo pesadas baixas em confrontos diretos. Posteriormente, perceberam a necessidade de conquistar a população local e criar infraestrutura de apoio. Abriam estradas, construíram postos e quartéis e arregimentaram civis, muitas vezes forçosamente. Os que não colaboravam ou eram suspeitos de ter ligações com os guerrilheiros eram torturados. Foi justamente nesse processo que os aikewáras se envolveram, sendo forçadamente arregimentados para guiar militares pelas matas. Em pouco tempo, os resultados começaram a aparecer: os militantes do PCdoB foram progressivamente sendo presos e mortos, tendo seus corpos enterrados em valas não identificadas. Anos mais tarde, diferentes operações clandestinas viriam a ser realizadas para desaparecer com indícios dos crimes de tortura e execução ali cometidos, mantendo até hoje muitos questionamentos sobre o que de fato ocorreu¹³.

Nos anos 1990, familiares dos guerrilheiros desaparecidos iniciam, por conta própria, buscas por corpos de guerrilheiros, finalmente encontrando o de Maria Lúcia Petit, identificada em 1996¹⁴. Ainda em 1995, é criada a Comissão Especial de Mortos e

¹³ ESTADÃO. Curió abre arquivo e revela que Exército executou 41 no Araguaia. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,curio-abre-arquivo-e-revela-que-exercito-executou-41-no-araguaia,390566>>. Acessado em 28-4-2017.

¹⁴ FOLHA DE S.PAULO. Corpos foram abandonados, diz Curió. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/5/16/brasil/44.html>>. Acessado em 28-4-2017.

Desaparecidos Políticos, pelo Ministério da Justiça. Estabeleceu-se, assim, a responsabilidade do Estado pelas mortes e desaparecimentos durante a ditadura. Em 2001, é criada a Comissão de Anistia, também dentro do Ministério da Justiça. Em 2011, é criada a Comissão Nacional da Verdade, cujos trabalhos se estenderam por três anos, para investigar graves crimes contra direitos humanos entre 1946 e 1988. Em paralelo, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça vem promovendo as Caravanas da Anistia: sessões públicas itinerantes para apreciar requerimentos de anistia política.

O processo de revisão histórica, responsabilização de agentes, reconhecimento de crimes e indenização de vítimas ainda é recente. Muito trabalho ainda há por ser feito e parte fundamental disso é a conscientização da sociedade sobre o que ocorreu durante o regime de exceção encabeçado pelos militares. Este trabalho presta-se a esse intuito, sendo apenas mais uma colaboração entre tantas outras.

Além das referências bibliográficas usadas, foram entrevistados para ter referencial sobre a Guerrilha do Araguaia Sueli Aparecida Bellato, ex-vice-presidente da Comissão de Anistia durante o processo de anistia dos aikewáras, Carlos Hugo Studart Corrêa, doutor em história pela Universidade de Brasília (UnB), e Micheas Gomes de Almeida, o Zezinho do Araguaia, ex-guerrilheiro do Araguaia e militante do PCdoB. Foram tentados diversos contatos com as assessorias de comunicação da Funai e do Ministério da Defesa, sem sucesso. Igualmente, tentou-se contatar o grupo Terrorismo Nunca Mais, também sem êxito.

6. A REPRESENTAÇÃO DO INDÍGENA NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso (TCC) baseia-se na hipótese de que os indígenas são ainda hoje tratados, no geral, pela mídia impressa brasileira de maneira estereotipada, superficial e preconceituosa. Essa visão preserva o ranço do colonizador, que enxergava o indígena ou como algo exótico, ou como algo selvagem. E, assim como nos primeiros contatos, esse olhar enviesado atende a interesses econômicos, ignorando o bem-estar dessas populações.

6.1. A COBERTURA POR JORNAIS IMPRESSOS SOBRE A INDENIZAÇÃO DOS AIKEWÁRAS EM 2014

Foi notória a falta de cobertura pelos grandes meios de comunicação sobre o julgamento do processo de indenização dos aikewáras, realizado no segundo semestre de 2014 pela Caravana da Anistia. Por grandes meios de comunicação entenda-se jornais e revistas impressos de grande circulação ou emissoras de rádio e televisão com grande audiência. Alguns dos principais jornais impressos do país restringiram-se a noticiar o fato – outros nem isso. Nenhum desses jornais produziu uma reportagem para contar o caso dos aikewáras detalhadamente à época do julgamento. À exceção de O Globo, que fez uma matéria extensa sobre a tortura dos povos indígenas sofrida durante a ditadura militar. Esta, porém, apenas citava os aikewáras ao longo do texto e foi publicada quase seis meses antes do julgamento.

Para demonstrar a baixa cobertura dos meios no caso em questão, foi realizado um *clipping* baseado na lista dos principais jornais impressos do Brasil divulgada pela Associação Nacional de Jornais (ANJ)¹⁵. Nesse *clipping*, buscou-se coletar dados de pelo menos uma publicação da região Norte, onde os aikewáras vivem, e uma do Centro-Oeste, onde este TCC foi realizado. O jornal impresso com maior circulação no país, Super Notícia, não foi incluído por não ter um sistema *on-line* de pesquisa de acervo.

¹⁵ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS JORNAIS. Maiores jornais do Brasil. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>>. Acessado em 28-4-2017.

JORNAL	JULGAMENTO	DATA	OUTRA MATÉRIA	DATA
Globo	Não		Sim	12/04/2014
Correio Braziliense	Não		Não	
Estado	Sim	19/09/2014, 22/09/2014	Sim	19/09/2014, 27/10/2014
Folha	Sim	22/10/2014	Não	
Zero Hora	Não		Não	
Diário do Pará	Não		Sim	02/12/2012
Agência Brasil	Sim	19/09/2014	Sim	26/09/2012, 04/11/2012, 17/11/2012, 18/11/2012, 03/11/2014

Com base nessa pesquisa, já é possível intuir alguns fenômenos que ocorrem na cobertura de assuntos indígenas: a teoria do agendamento, a teoria do *gatekeeping* e a teoria da espiral do silêncio. Formulada por Maxwell McCombs e Donald Shaw nos anos 1970, com base nos estudos de Walter Lippmann dos anos 1920, a teoria do agendamento (*agenda-setting theory*, no original) pressupõe que a mídia é capaz de pautar a opinião pública sobre quais assuntos devem ser discutidos, e como devem abordados. Os consumidores da informação tenderiam a considerar mais importante aquilo que é veiculado pela imprensa, ignorando o restante (MCCOMBS & SHAW, 1972). Originalmente, para os autores, o agendamento da pauta a ser discutida pela população seria uma consequência dos critérios de noticiabilidade empregados pelos veículos de comunicação, não necessariamente com o objetivo de influenciar a opinião pública.

As duas outras teorias – *gatekeeping* e espiral do silêncio – estariam intrinsecamente relacionadas à primeira. A teoria do *gatekeeping* foi trazida para o campo da comunicação por David Manning White usando ideias que Kurt Lewin desenvolveu para a psicologia uma década antes. Observando a rotina das redações, White percebeu que a escolha das notícias a serem divulgadas muitas vezes seguiam critérios subjetivos e arbitrários. Em seu entender, os jornalistas deveriam preparar-se para assumir tal responsabilidade (WHITE, 1950). O risco de exercer o poder de pautar a imprensa seria a falta de divulgação para o público de assuntos importantes. Com o

advento da Internet e a democratização progressiva da produção e divulgação de conteúdo, a importância do “porteiro” vem diminuindo, mas ainda tem papel relevante nos meios de comunicação de massa.

Já a espiral do silêncio é uma teoria criada na década de 1960 pela cientista política alemã Elizabeth Noelle-Neuman. Segundo ela, as opiniões dominantes tendem a prevalecer nos meios de comunicação, fazendo com que aqueles com opiniões divergentes mudem de ideia ou se mantenham calados, salvo exceções. Constrói-se, assim, um discurso daquilo que é tido como “opinião pública”. Esse processo é reforçado pela força da mídia, capaz de repetir o mesmo discurso várias vezes e da mesma forma em diferentes veículos e lugares.

O processo para determinar a divulgação do julgamento dos aikewáras passou pelos mesmos elementos. A falta de noticiabilidade do fato fez com que o assunto fosse pouco conhecido pela sociedade, e conseqüentemente pouco debatido. Isso porque as editoriais desses jornais decidiram, de maneira arbitrária, não se aprofundar nessa notícia. Por fim, com a falta de conhecimento de injustiças como a sofrida pelos aikewáras e a escassez de debate, opiniões divergentes ao chamado “senso comum” são desencorajadas. Mas por que um fato tão relevante para a sociedade pode acabar sendo ignorado pelo jornalismo, considerado parte do quarto poder – aquele que deve fiscalizar todos os demais poderes?

6.2. ORIGENS DA VISÃO ESTEREOTIPADA DO AMERÍNDIO

A visão estereotipada sobre a população indígena que ainda hoje persiste em nossa sociedade tem suas origens nas remotas cartas escritas por viajantes europeus em que contam as primeiras impressões sobre o Novo Mundo (NEVES, 2009). Cristóvão Colombo, que parecia realmente acreditar ter chegado às Índias – região que abrangia a Ásia Meridional e o Sudeste Asiático –, denominou os aborígenes que encontrou de “índios”, termo usado à época não apenas para se referir a indianos, mas a habitantes do Extremo Oriente de maneira geral. Nas cartas ao rei Fernando V de Castela e em seu diário, Colombo destaca o canibalismo, a nudez dos indígenas – especialmente das mulheres – e considera que são de “cor” distinta da do europeu, associando-os ao amarelo. Além disso, é comum, nos escritos de Colombo, o enquadramento dos

indígenas em algum tipo de característica, o que varia ao longo de seus textos: ora medrosos, ora ingênuos, ou cruéis, ou covardes.



Fig. 2. Xilogravura de Johann Froschauer para a carta *Mundus novus*, de Américo Vesputi.

Esses traços serão reforçados por outros cronistas europeus, como Américo Vesputi e Pero Vaz de Caminha. Buscava-se nesses relatos o exótico, o maravilhoso, inclusive com o objetivo de justificar o investimento financeiro necessário para a exploração de terras que logo se concluiu não serem as Índias. Esse discurso vai ser propagado por escritores e artistas que posteriores – muitos dos quais nem sequer chegaram a visitar o novo continente. Uma xilogravura de Johann Froschauer que ilustra a carta *Mundus novus*, de Vesputi, publicada em 1505, é considerada a primeira imagem do indígena brasileiro (NEVES, 2009). Com barba e trajes sumários feitos de folhas ou plumas, praticando canibalismo, ela se aproxima da visão europeia de selvagem, calcada pelo Império Romano. O canibalismo, praticado por algumas tribos com caráter religioso, é visto de maneira mundana.

Os padres jesuítas José de Anchieta, Antônio Nóbrega e Antônio Vieira, até hoje respeitados por sua produção literária, foram fundamentais para a padronização do que se entendia por cultura indígena e a erradicação da memória desses povos. Em *Dos feitos de Mem de Sá*, considerado o primeiro poema épico feito no Brasil, Anchieta vangloria o colonizador e deprecia os indígenas que não se sujeitam à dominação – no caso, os tupinambás. Ilustra bem a relação dual estabelecida entre jesuítas e indígenas,

priorizando aqueles que aceitavam a catequização para se tornarem “civilizados”. A aculturação ocorreu inclusive na normatização da língua indígena, na obra *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, de Anchieta, ao submetê-la à lógica gramatical latina e tomando como referência principal a língua tupinambá, desconsiderando-se a diversidade das outras línguas tupis – inventava-se, assim, uma língua franca: o tupi-guarani.

Essa produção cultural seminal sobre o indígena brasileiro influenciou muito o romantismo indianista no país, especialmente o aborígene idealizado com características cristãs na obra de Anchieta, de preferência submisso ao europeu. Outorgava-se ao indígena a imagética do cavaleiro medieval, por ser considerado o bom selvagem de Jean-Jacques Rousseau, visto que não houve Idade Média na América. O goitacá Peri, a tabajara Iracema e o araguaia Ubirajara, protagonistas da trilogia indianista de José de Alencar, são heróis trágicos, puros de alma e representam a união do indígena com o europeu.

A visão idealizada e estereotipada do indígena, ainda que criticada posteriormente – como, por exemplo, na literatura modernista – persistirá, de alguma forma, nas representações veiculadas pela mídia.

6.3. A REPRESENTAÇÃO DO INDÍGENA NA MÍDIA IMPRESSA

Ainda hoje, muito da visão etnocêntrica de origem colonial se persiste. Os meios de comunicação tendem a perpetuar esse discurso e são o principal canal de informação da sociedade¹⁶. A manutenção dessa narrativa atende a interesses semelhantes àqueles que conduziam o colonialismo há 500 anos: dominar o território, explorar recursos naturais e subjugar populações autóctones locais.

Verifica-se, no geral, tendência a retratar o indígena apenas como vítima de violência ou como autor de violência (MELO, 2008). Ainda é associado ao diferente, exótico, sendo representado como alguém desajustado à ordem corrente (MINARDI, 2012). Em entrevista para este TCC, Maurício Neves Corrêa, doutorando em

¹⁶ SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO ESPECIAL. Relatório Final Pesquisa Brasileira de Mídia (PBM) 2016. Disponível em: <
<file:///C:/Users/tonyj/OneDrive/universidade/TCC/Refer%C3%A2ncias/Pesquisa%20Brasileira%20de%20M%C3%ADdia%20-%20PBM%202016.pdf>>. Acessado em 9-6-2017.

Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista e mestre em Comunicação, Linguagens e Cultura pela Universidade da Amazônia, afirma que, muitas vezes, indígenas são ignorados por jornalistas por não atenderem ao “perfil puro” do indígena – não são pardos, vestem-se com roupas comuns, falam português perfeitamente etc.



Fig. 3. Capa de edição de junho de 1992 da revista *Veja* retratando Paulinho Paiakã como selvagem.

Um exemplo clássico na mídia impressa foi a capa de uma edição de junho de 1992 da revista *Veja*, retratando o indígena caiapó Benkaroty Kayapó, mais conhecido como Paulinho Paiakã (também Paiacã ou Paiacan). Acusado de estuprar, com a ajuda de sua esposa, uma jovem de dezoito anos, em um processo que se arrastaria por anos e evitado de problemas, Paiakã foi rapidamente exposto pela revista como um “selvagem”, retratando-o como culpado muito antes de qualquer condenação. Independentemente do resultado do julgamento, que ocorreria quase uma década depois, a mídia não hesita em retratar o indígena sob um estereótipo que remonta ao colonialismo.

No caso dos aikewáras, já foi citada a notória ausência de reportagem sobre o caso quando do julgamento do caso pela Caravana de Anistia. Há, porém, um caso específico que merece ser destacado. Em 2011, o jornalista Lucas Figueiredo escreveu

uma reportagem sobre o caso da invasão da aldeia aikewáras pelas forças militares para a edição n.º 1 da revista *GQ Brasil*, intitulada *O segredo dos índios aikewara*¹⁷. Figueiredo, contudo, inverteu os papéis, colocando os indígenas não como vítimas, mas sim como algozes dos guerrilheiros, agindo em conluio com as forças armadas com vistas a ser recompensados. Na reportagem, os aikewáras são retratados como “mercenários de guerra do Exército”, “máquinas de caçar e matar homens” e cortadores de cabeça que praticavam aborto e infanticídio para fugir dos inimigos.

Para comprovar sua pauta, Figueiredo valeu-se da memória de outras pessoas, supostamente envolvidas no caso, como dois ex-militares e dois camponeses, cuja parcialidade é questionável. Para citar uma das principais fontes do repórter, o coronel da reserva Aluísio Madruga de Moura e Souza é autor de livros como *Guerrilha do Araguaia – revanchismo: a grande verdade*, que ataca “as versões fictícias da mídia esquerdista”¹⁸. Curiosamente, na reportagem Souza alega não saber detalhes sobre o envolvimento dos aikewáras no combate à Guerrilha, apesar de acusá-los de decepar guerrilheiros. Sem o cuidado de verificar o depoimento das fontes, Figueiredo prefere o “furo” jornalístico. Em seu texto, o repórter reconhece que os indígenas negam os fatos. Fica, então, a palavra de um contra a de outro, dando-se preferência para o lado que lhe convém e ignorando um princípio básico do Estado de direito: a presunção da inocência, cabendo a quem acusa o ônus da prova.

Tal versão dos fatos é refutada não apenas pelos aikewáras, mas também por antropólogos que convivem com eles há décadas, como Iara Ferraz, ex-guerrilheiros, como Toninho do Araguaia, e as equipes da Caravana da Anistia e da Comissão Nacional da Verdade, que sempre mantiveram-se abertas para o contraditório.

¹⁷ BLOG DO LUCAS FIGUEIREDO. O segredo dos índios Aikewara. Disponível em: <<https://figueiredo.wordpress.com/2012/01/31/arquivo-de-reporter-o-segredo-dos-indios-aikewara/>>. Acessado em 28-4-2017.

¹⁸ GRUPO INCONFIDÊNCIA. Disponível em: <http://www.grupoinconfidencia.org.br/sistema/index.php?option=com_content&view=article&id=560:guerrilha-do-araguaia-revanchismo-a-grande-verdade&catid=179:livros&Itemid=141>. Acessado em 9-6-2017

7. ÉTICA NA PESQUISA

Para que fosse possível a realização deste trabalho de conclusão de curso (TCC), foi necessária autorização da Fundação Nacional do Índio (Funai) para ingresso na Terra Indígena (TI) Sororó. Por envolver outras duas instituições – a Comissão Nacional de Pesquisa (CNPq) e o Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP-CHS) da Universidade de Brasília (UnB) – este processo tornou-se muito moroso. Em especial, revelou a necessidade tanto de a Faculdade de Comunicação (FAC) da UnB integrar-se ao CEP-CHS a fim de preparar melhor professores e alunos para as exigências do órgão quando trabalhos lhe são submetidos, quanto do CEP-CHS em adaptar seus processos para os graduandos de comunicação social.

Devido a constantes dificuldades no processo do CEP-CHS, este TCC sofreu atraso de pelo menos um semestre, o que poderia ser evitado se as instruções e o contato com essa instituição fossem mais bem estabelecidos. Por fim, devido às constantes rejeições do CEP-CHS sem uma clara justificativa, a autorização da Funai foi obtida sem a necessidade de apreciação de mérito ético em razão de o trabalho ser constituído de uma reportagem. Propõe-se, então, uma discussão sobre esse processo, seus impactos negativos e como melhorá-lo.

7.1. O PROCESSO DE AUTORIZAÇÃO PARA INGRESSO EM TERRITÓRIO INDÍGENA

O ingresso em terra indígena, no Brasil, é autorizado apenas pela presidência da Funai. O ingresso é regulamentado: a) pela portaria nº 177/PRES, de 16 de fevereiro de 2006, que trata do direito autoral e do uso de imagens dos indígenas; b) pela instrução normativa nº 1/PRES, de 29 de novembro de 1995, que trata de pesquisa científica; e c) da convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 26 de junho de 1989, que trata sobre povos indígenas e tribais. Também leva em conta a lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio, a lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que regula os direitos autorais, e a Constituição Federal de 1988. As instruções básicas estão disponíveis na página <http://www.funai.gov.br/index.php/servicos/ingresso-em-terra-indigena>.

Entre as normas citadas, destaca-se a lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, conhecida como Estatuto do Índio. Criado ainda na ditadura, hoje em dia é criticado por especialistas que defendem uma nova legislação para os indígenas. É a opinião do historiador Antônio Brand¹⁹. Segundo ele, o Estatuto estabelece relação paternalista entre não indígenas e indígenas, como se estes dependessem dos primeiros para integrarem-se à sociedade. Ainda, o Estatuto teria sido superado pela Constituição Federal de 1988, que revogou alguns artigos da lei de 1973 e ampliou o rol de direitos e garantias aos indígenas.

Diversas dúvidas surgiram no contato inicial do processo. Muitas vezes, a Assessoria de Acompanhamento aos Estudos e Pesquisas (AAEP) da Funai se limitava a dizer para seguir o que era instruído na página. Além disso, se dispunham a responder dúvidas sobre a etapa seguinte do processo após ser concluída sua fase anterior, o que atrasou ainda mais a obtenção de autorização, visto que detalhes poderiam ser adiantados para quando fossem requeridos tais documentos.

Para liberar o acesso à TI Sororó, a Funai exigiu dois pareceres. Um foi o de mérito científico emitido pela Coordenação do Programa de Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (COCHS) do CNPq. O outro foi o de mérito ético emitido pelo CEP-CHS da UnB, sob a alegação de que se tratava de pesquisa envolvendo seres humanos.

O parecer do COCHS do CNPq foi expedido em menos de uma semana. Já o parecer do CEP-CHS da UnB foi extremamente moroso. Primeiramente, foi contatado o CEP do Ministério da Saúde, por meio de *e-mail* fornecido pela Funai (conep.cep@saude.gov.br). Conforme instruções, o projeto foi inserido na Plataforma Brasil (<http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil/>), que é um sistema de base de dados nacional instituído pelo Conselho Nacional de Saúde (Conep) para registrar pesquisas envolvendo seres humanos.

É importante destacar que o *link* da Plataforma Brasil não é encontrado diretamente por mecanismos de buscas na Internet. O *link* só é encontrado navegando-se pela página do Ministério da Saúde ou de alguma universidade. Além disso, o uso desse

¹⁹ G1. Criado há 39 anos, Estatuto do Índio está superado, dizem especialistas. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2012/04/criado-ha-39-anos-estatuto-do-indio-esta-superado-dizem-especialistas.html>>. Acessado em 10-6-2017.

sistema não é intuitivo, não existe documentação de ajuda suficiente e não há exemplos nem modelos para alguns documentos exigidos, como a “carta de revisão ética”. O sistema também não envia alerta por *e-mail*, dificultando o conhecimento da situação do processo. Por fim, quando há recusa do pedido de aprovação ética de projeto, não há muitos detalhes nem um canal eficiente para dirimir dúvidas.

7.2. SOBRE O MÉRITO ÉTICO EM PESQUISA

As preocupações em se estabelecer um sistema que avaliasse o mérito ético em pesquisas científicas surgiram após atrocidades cometidas durante a Segunda Guerra Mundial. Documentos como o Código de Nuremberg, de 1947, e a Declaração de Helsinque, de 1964, passaram a regular como as pesquisas com seres humanos deveriam ser desenvolvidas.

No Brasil, a sistematização da ética na pesquisa se deu com uma primeira resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) de 1988 que, contudo, não obteve muita adesão, entre outras razões por envolver pouca participação do público. Seguiram-se outras resoluções, como a 196, de 1996, e a 466, de 2012, que consolidaram o sistema CEP-Conep no Brasil. Como característica, essas resoluções sempre focaram em pesquisa biomédica e seguiam a mentalidade americana, por meio da teoria principialista, que estabelece quatro princípios para as pesquisas com seres humanos: autonomia, beneficência, não maleficência e justiça. Essa teoria é baseada nos trabalhos dos americanos Tom L. Beauchamp e James F. Childress (BEAUCHAMP & CHILDRESS, 1979)

O princípio da autonomia diz respeito à liberdade de ação que o pesquisador necessita para desenvolver seu trabalho de forma independente e em busca da verdade científica. A beneficência estabelece que se deve fazer o bem aos outros, independentemente da vontade do pesquisador. A não maleficência proíbe o dano intencional a outrem. E a justiça é um princípio moral que estabelece distribuição justa das benesses para a sociedade (GOLDIM, 2003).

O CEP-CHS da UnB, inicialmente denominado CEP-IH (Instituto de Humanidades), foi o primeiro CEP brasileiro focado em pesquisas sociais. Criado em 2007, o CEP-CHS da UnB é um dos principais articuladores perante o Conep a

demandar adaptações do sistema de avaliação de mérito ético à realidade plural das ciências humanas e sociais. Participou da criação da resolução 510, de 2016, que adequa vários pontos do processo. Por meio dessa resolução, o sistema de avaliação de mérito ético em pesquisas com seres humanos, inicialmente criado tendo em vista a realidade da biomedicina, passa por alguns ajustes para contemplar as especificidades da pesquisa em ciências sociais e humanas.

A obtenção de parecer ético é emitida em conjunto entre o CEP do Ministério da Saúde e o da universidade envolvida, no caso a UnB. Durante o processo de obtenção do parecer ético para este TCC, em várias ocasiões alguma pendência era jogada sob a responsabilidade de um dos dois CEP, denotando a falta de integração entre esses organismos. A solicitação feita pela Plataforma Brasil foi repassada, pelo Ministério da Saúde, ao CEP-CHS da UnB. A comunicação com esse comitê da UnB foi difícil, pois, à época em que este projeto teve início, o CEP-CHS estava mudando de sede – saindo do Instituto de Humanidades (IH), no Instituto Central de Ciências (ICC), para a Faculdade de Direito.

Por outro lado, o processo com que tomam as decisões de mérito sobre determinado trabalho são feitas de maneira arbitrária, sem a possibilidade de o autor do pedido participar ou contra-argumentar, nem ao menos podendo, por canais oficiais do comitê, entrar em contato para sanar eventuais problemas do projeto ou requerer uma revisão da decisão.

Em entrevista para este trabalho de conclusão de curso, Érica Quinaglia Silva, coordenadora do CEP-CHS, deixou claro que o Comitê de Ética em Pesquisa tem interesse em receber mais representantes de outras faculdades, da sociedade e de minorias como os indígenas, para melhor compor o quadro de avaliadores de mérito ético em pesquisa. Quinaglia afirma que convites são feitos regularmente, mas que recebem pouco retorno. Segundo ela, "existem três grupos: uma parte dos pesquisadores de ciências sociais que não conhecem o sistema CEP-Conep; os que o conhecem, mas não o aceitam; e outra parte que aceita e procura aprimorar o sistema". Muitos acadêmicos resistem em submeter seus trabalhos ao CEP, o que redundava em um ciclo que retroalimenta o desconhecimento da existência do órgão e de seus procedimentos.

7.3. A DISPENSA DO MÉRITO ÉTICO

O pedido de mérito ético deste trabalho foi rejeitado três vezes pelo CEP-CHS da UnB, sendo que não foi esclarecida a razão para a última rejeição. A obtenção de autorização de entrada em território indígena dada pela presidência da Funai se deu sem esse documento, mediante apelação à AAEP, que reconheceu que este projeto prescindia de avaliação mérito ético por sua natureza – uma reportagem jornalística. Conforme se pode ler na página do CEP-CHS, ele se “restringe” a revisar “estudos que utilizem técnicas qualitativas de levantamento de dados ou análise dos dados, tais como entrevistas, observação, *survey* ou questionários”²⁰. Não é o caso deste projeto, que não usa técnicas qualitativas – as entrevistas realizadas foram de caráter jornalístico.

A visita à Terra Indígena Sororó foi, essencialmente, para realizar uma reportagem, projeto de caráter específico da Faculdade de Comunicação. Foram exercidos direitos estabelecidos no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, como o acesso à informação e a liberdade de opinião. Criar mecanismos burocráticos que impeçam, injustificadamente, o exercício dessas garantias vai contra a essência da prática do jornalismo, que é a de investigar e analisar fatos relevantes para informar a sociedade. Atenta, ainda, contra o direito constitucional à educação do graduando, conforme artigos 6º e 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”²¹. Criar óbices para o exercício do jornalismo também contraria o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, em especial seu artigo 2º, inciso V: “a obstrução direta ou indireta à livre divulgação da informação, a aplicação de censura e a indução à autocensura são delitos contra a sociedade”.

Talvez se o CEP-CHS tivesse requisitado um pesquisador *ad-hoc* da área de comunicação social, o processo de aprovação deste projeto teria sido feito de maneira mais fácil.

²⁰ COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS. Como submeter um projeto. Disponível em: <<http://www.cepih.org.br/pesquisador.htm>>. Acessado em 28-3-2017.

²¹ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. artigo 205.

7.4. SUGESTÕES PARA A INTEGRAÇÃO ENTRE O SISTEMA CEP-CONEP E A FACULDADE DE COMUNICAÇÃO DA UnB

Nota-se a necessidade de haver representantes da FAC no CEP-CHS. Isso melhoraria o diálogo com essa instituição e ajudaria a adaptar o sistema do Conep à realidade da pesquisa em comunicação. Outra alternativa para evitar problemas como o que ocorreu neste TCC é instruir os graduandos ainda na disciplina Pré-Projeto sobre o sistema CEP-Conep. Pode-se, ainda, criar uma comissão de representantes da FAC capaz de avaliar os projetos e recomendar os casos de dispensa de mérito ético.

Entre os desafios que a atual plataforma apresenta para a pesquisa em jornalismo, destacam-se: a criação de óbices para a liberdade de imprensa, visto que o pesquisador de jornalismo pode estar atuando nesse sentido ao desenvolver uma reportagem; um sistema rígido que não contemple fatos imprevisíveis que podem surgir durante a pesquisa; e a exigência de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) da pessoa objeto da pesquisa. Neste último caso, podem acarretar consequências, como: a intimidação de uma vítima em falar sobre alguma injustiça sofrida, ou a ameaça do sigilo da fonte jornalística, um direito garantido pela Constituição Federal de 1988.

Na última hipótese citada, caso a Justiça intime o CEP-Conep a informar detalhes de alguma pesquisa, este certamente entregará informações como os TCLE assinados, revelando assim as fontes consultadas. No caso do jornalismo, isso representa uma ameaça à atividade.

Duas propostas que melhorariam muito a avaliação de mérito ético em pesquisa social são: a criação de diferentes níveis de categorias de risco de uma pesquisa, para que aquelas consideradas de baixo risco fossem aprovadas sem parecer do colegiado; e a reavaliação do que se considera população vulnerável, como é o caso hoje de todas as populações indígenas, o que facilitaria o acesso a indígenas que não sofrem riscos culturais ou biológicos iminentes. Nesse caso, muitos indígenas não seriam mais, necessariamente, considerados “vulneráveis”, pois já foram totalmente integrados à sociedade e foram estabelecidos meios para manter sua cultura tradicional – ou o que remanesceu dela.

Ambas as propostas foram encaminhadas ao Conselho Nacional de Saúde pelo CEP-CHS para a elaboração da resolução 510/2016, que ajusta o sistema de avaliação de mérito ético em pesquisas com seres humanos. Apesar de terem sido rejeitas, espera-se que essas propostas sejam reapreciadas eventualmente.

Além disso, seria interessante que instituições de incentivo à pesquisa na área do jornalismo, como a Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo – SBPJor, interagissem com os CEP.

8. QUESTÃO ONOMÁSTICA E REPRODUÇÃO DE FALAS

Uma das questões envolvidas neste trabalho foi qual ortografia adotar em dois casos distintos. No primeiro, ao se registrar o nome de uma etnia indígena. O segundo, ao se reproduzir as falas dos indígenas.

8.1. ETNIAS INDÍGENAS

O primeiro caso envolve a problemática de se registrar nomes de línguas originalmente ágrafas. Muitos nomes e termos indígenas foram gradualmente sendo incorporados pela língua portuguesa, constando, inclusive, de dicionários. Porém, nem todas as palavras indígenas foram aportuguesadas e os nomes de muitas etnias lhes foram atribuídas de maneira arbitrária e errada por não indígenas, sem considerar como, de fato, aquela etnia se autodenominava. Posteriormente, os indivíduos dessa determinada etnia reivindicaram o nome com que se identificam.

Tome-se como exemplo o caso dos aikewáras, originalmente denominados suruí. Segundo os aikewáras, eles não sabem por que foram assim denominados (FERRAZ et al, 2014): na língua aikewára, *suruí* significa “boca pequena”. Em inícios dos anos 1950, missionários dominicanos estabeleceram os primeiros contatos com a aldeia. Já em 1964, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) de Belém os registra como *Suruí*, com base em informações dos dominicanos (FERRAZ et al, 2014). Ao serem registrados, foi atribuído o sobrenome Suruí a todos os indivíduos da aldeia e transmitido a seus descendentes.

Em diversas referências ao longo do século XX, eles foram assim denominados com diferentes grafias – “suruís”, “Suruís”, “Suruí” etc. Posteriormente, com o trabalho in loco de pesquisadores, compreendeu-se que aquela etnia se autodenominava *aikewára*, “povo daqui”, em oposição aos *aipewára*, “povo de longe”.

Ocorre que, originalmente, as línguas indígenas eram ágrafas. Gradualmente, antropólogos começaram a aprender esses idiomas e a registrá-los. Especialmente por haver sons inexistentes em português, passou-se a adotar o alfabeto fonético internacional. Já em 1953, durante a 1ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada no Rio de Janeiro, foi assinada uma convenção que padronizava os nomes das sociedades

indígenas. Essa convenção foi inicialmente publicada no segundo número da Revista de Antropologia, de 1954 (ABA, 1954).

Além do uso de caracteres especiais, como Ñ, Ä e SH, as maiores polêmicas em relação a essa ortografia originalmente convencionada por antropólogos preconiza sempre o uso de iniciais maiúsculas, além da abolição do plural, para se grafar o nome de etnias indígenas. Entre as razões para as duas últimas convenções, estaria o respeito como determinado povo se reconhece e a possibilidade de determinado substantivo gentílico já estar no plural. Ainda, alegam que o aportuguesamento e o uso do plural podem redundar em um hibridismo, conforme se pode ler em uma página do site Povos Indígenas do Brasil, do Instituto Socioambiental (ISA)²².

Aqueles que defendem a não-flexão do plural ancoram-se na justificativa de que, na maioria dos casos, sendo os nomes palavras em língua indígena, acrescentar um s resultaria em hibridismo. Além do mais, há a possibilidade de as palavras já estarem no plural, ou, ainda, de que a própria forma plural não exista nas línguas indígenas correspondentes.

Dominique Tilkin Gallois, doutora em ciência social pela Universidade de São Paulo (USP), em *e-mail* enviado para esta pesquisa, defende o uso da ortografia convencionada com alfabeto fonético, salientando a importância de se registrar corretamente sons indígenas que não existem em português. Todavia, reconhece que toda língua é originalmente oral e as escritas são sempre convenções; portanto, não vê problema no convívio de diferentes ortografias para substantivos gentílicos que designem povos indígenas. Essa ressalva também é feita pela já citada página do ISA, que observa a falta de consenso mesmo entre antropólogos quanto à grafia de determinados nomes de etnias indígenas.

Muitos manuais de redação de jornais, como da Folha de S. Paulo e de O Estado de S. Paulo, têm adotado, para nomes de etnias indígenas, a escrita convencionada em 1953, inclusive com iniciais sempre maiúsculas e o não uso de plural. Há, contudo, o uso de ortografia aportuguesada para nomes consagrados e dicionarizados na língua portuguesa. Abaixo, segue um levantamento de como se referem ao povo aikewára

²² INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Sobre o nome dos povos. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/c/no-brasil-atual/quem-sao/sobre-o-nome-dos-povos>>. Acessado em 28-3-2017

alguns dos principais jornais impressos do país, com base em lista publicada pela Associação Nacional de Jornais (ANJ)²³.

Jornal	Termo
Globo	suruí
Correio Braziliense	suruí, Suruí
Estado	aikewara, Aikewara, suruí
Folha	aikewara, Aikewara, suruí
Zero Hora	suruí*
Diário do Pará	Aikewara, Aikewára, Suruí
Agência Brasil	Aikewara, suruí

* Na pesquisa realizada, não foram encontradas menções aos aikewaras no jornal Zero Hora. Os suruí em questão referem-se ao povo de Rondônia, os paiteres.

O jornalista Marcos de Castro, licenciado em letras clássicas pela Universidade do Brasil (atual UFRJ), expõe outra opinião em seu livro *A imprensa e o caos na ortografia* (CASTRO, 1998). Castro denota a importância de se fazer entender em veículos de comunicação em massa e o quão impronunciáveis são certos termos escrito no “código dos antropólogos”, em suas palavras. Ressalta a importância dessa convenção para a troca de informação entre pesquisadores, restringindo-a, todavia, a publicações científicas, tal qual um jargão. Por fim, demonstra como é natural ao lusófono ler “os tupis” (em vez de “os Tupy”) ou “os guaranis” (em vez de “os Guarany”).

Segundo David Riesman, o jornal é um meio de comunicação de massa (RIESMAN et al, 2001). O jornal só se tornou viável com o advento, no ocidente, da prensa com tipos móveis, desenvolvida por Johannes Gutenberg. Graças ao invento de Gutenberg, a informação deixou, paulatinamente, de ser exclusividade de uma elite e livros antes escritos em código hermético, como a Bíblia em latim, passaram a ser impressos em idioma “vulgar”, acessível à maior parte da população. O jornal, desde seus primórdios, como os boletins romanos Acta diurna, tem como finalidade comunicar à maior parcela possível de pessoas determinada informação. Por isso, o uso de linguagem coloquial se faz mais adequada.

De acordo com Marshal McLuhan, a prensa de tipos móveis de Guteberg e a televisão foram os dois grandes inventos da humanidade (MCLUHAN & FIORE, 1967). Graças ao primeiro, a humanidade evoluiu de uma sociedade tribalizada,

²³ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS JORNAIS. Maiores jornais do Brasil. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>>. Acessado em 28-4-2017.

predominantemente oral, para uma destribalizada. Nesta, as pessoas não dependiam mais do coletivo para adquirir conhecimento. Evidencia-se, novamente, a importância de se registrar informação compreensível ao indivíduo.

Pode-se, então, compreender que, se o jornal é um veículo de comunicação de massa e deve transmitir informação de maneira compreensível à maior audiência possível, deve-se evitar o uso de jargão científico, sob o risco de incorrer em linguagem hermética. Para o leitor médio de jornal de grande circulação, pode ser ilegível certos substantivos gentílicos indígenas na ortografia convencionalizada pelos antropólogos, como Bide, Ñandeva ou M'byá. Questiona-se, assim, qual a importância para esse leitor médio o registro do suposto som de determinadas palavras – que não é consensual nem entre antropólogos –, se o alfabeto fonético não é de conhecimento amplo?

Mesmo com a adoção das letras K, W e Y pelo novo acordo ortográfico de 1990, resta um problema: para muitos lusófonos, o W tem som de “V”, não de “U” (ou algo semelhante). O leitor médio pode assim ter dúvidas em relação à pronúncia de determinado substantivo, como Kaiowa, Aikewara ou Araweté. Ainda, mesmo na ortografia convencionalizada, não se verifica uma padronização no uso de acentos gráficos, muitas vezes ausentes, o que aumenta ainda mais a confusão de como se ler determinado nome de etnia indígena, tornando tônica a sílaba errada. Novamente, é questionado se, em vez de buscar a suposta fidelidade de um som, não seria melhor assumir algo aproximado e inteligível à maioria dos leitores de jornais de grande circulação.

Por fim, é de se estranhar a ausência de plural e o uso de maiúsculas em substantivos gentílicos indígenas brasileiros quando, em qualquer outro substantivo gentílico, isso não se verifica: os chineses, os indianos, os coreanos etc. Aliás, em textos em português, não se registra a forma original como esses povos se autodenominam: 汉族 (hànrén), भारत के लोग (bhārata) e 한국인 (hanguk-in), respectivamente. O mesmo ocorre para adjetivos gentílicos consagrados de etnias indígenas estrangeiras, (naabeehó). Claro está que, se fosse aplicada a mesma lógica para todos os casos de jornalístico.

Uma justificativa comumente usada para se preservar a suposta ortografia “original” desses substantivos gentílicos é o argumento de que não se aportuguesa

nomes como Kubitschek ou Geisel (em vez de “Cubitchequê” ou “Gaizel”). Ocorre que, nesses casos, trata-se de nomes próprios, não de substantivos gentílicos comuns.

Ao se refletir sobre os problemas criados pela ortografia convencionalizada e suas incoerências, compreende-se que a ortografia aportuguesada para nomes de etnias, com iniciais minúsculas e plural, seja o ideal para veículos de comunicação de massa. Ressalte-se que isso não significa desrespeito aos povos indígenas em seu direito de determinar como se autodenominam. Em publicações científicas, ou naquelas voltadas especificamente para o público indígena, é possível o uso daquela ortografia que lhes foi padronizada por compreenderem esse código. Contudo, como não foi encontrada fonte que use a versão aportuguesada de aikewára – “aiqueuára” –, optou-se por usar esse adjetivo gentílico na ortografia convencionalizada, por se entender que não caberia a este trabalho propor uma ortografia aportuguesada inédita. Mesmo porque o K e o W foram reincorporados ao alfabeto português pelo acordo ortográfico de 1990. Respeitaram-se as regras de plural e inicial maiúscula típicas da língua portuguesa.

8.2. REPRODUÇÃO DE FALAS

Visando a reproduzir o contato com os aikewáras, optou-se por redigir as falas dos entrevistados o mais próximo possível na reportagem. O grifo em itálico serve para ressaltar que aquelas são as palavras dos entrevistados, usando linguagem coloquial. Entende-se que, dessa maneira, o texto estaria mais alinhado com o novo jornalismo, gênero escolhido para a reportagem, conforme visão do escritor estadunidense Tom Wolfe²⁴.

É possível alegar que a adoção dessa ortografia “falada” para um trabalho de conclusão de curso não é adequada. Para Marcos Bagno, doutor em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP) e professor-adjunto do Instituto de Letras da Universidade de Brasília (UnB), isso seria preconceito linguístico, pois, segundo ele, esse padrão formal teria sido estabelecido por elites que desconsideram os diferentes modos de se expressar que a língua permite.

Como país resultante de um processo colonial, a elite brasileira sempre importou seus modelos culturais, e faz isso até hoje. No caso da língua, mesmo após a independência e

²⁴ BILL BEUTTLER. *Whatever Happened to the New Journalism?* Disponível em: <<http://www.billbeuttler.com/work50.htm>>. Acessado em 28-3-2017.

as tentativas dos intelectuais românticos de valorizar os usos propriamente brasileiros do português, o modelo que acabou vencendo foi mesmo o do português europeu escrito literário. (...) O preconceito linguístico é a atitude que um indivíduo ou um grupo social assume diante de algum modo de falar que é diferente do seu. Pode ser uma variedade linguística social (usada por determinada classe social) ou regional²⁵.

Há exemplos de uso da língua portuguesa que fogem do padrão ocorridos mesmo em meios mais “monitorados”. Ao serem constatadas essas “inovações linguísticas” em tais meios, significaria que a mudança linguística já se completou e uma nova gramática se constituiu²⁶. A língua seria algo vivo e dinâmico. Portanto, caberia a um trabalho científico o uso de linguagem coloquial.

Luiz Antonio Marcuschi, doutor em Letras pela Universidade Erlangen-Nurnberg e professor titular da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), defende que existe uma supervalorização da linguagem escrita em detrimento da falada e que não deveria haver separação rígida entre ambas, pois são complementares (MARCUSCHI, 1997).

A fala é adquirida em contextos informais do dia a dia. A escrita, em sua faceta institucional, se adquire em contextos formais: a escola. Daí também seu caráter mais prestigioso como bem cultural desejável. (...) Minha posição é a de que fala e escrita não são propriamente dois *dialetos*, mas sim duas modalidades de uso da língua, de maneira que o aluno, ao dominar a escrita se torna *bimodal*. Fluente em dois modos de uso e não simplesmente em dois dialetos. (...) As relações entre fala e escrita não são óbvias nem lineares, pois elas refletem um constante dinamismo fundado no *continuum* que se manifesta entre essas duas modalidades de uso da língua. Também não se pode postular polaridades estritas e dicotomias estanques. (...) Seria útil ter presente, desde logo, que, assim como a fala não apresenta propriedades intrínsecas negativas, também a escrita não tem propriedades intrínsecas privilegiadas. (MARCUSCHI, 1997)

Assim, usar linguagem oral em uma grande reportagem não seria algo intrinsecamente ruim, por estar essa “invadindo” o espaço da linguagem escrita. Pelo contrário, enriquece o texto e traz ao leitor o dinamismo das interações humanas.

²⁵ UNE. Marcos Bagno: a língua como instrumento de poder. Disponível em: <<http://www.une.org.br/2014/11/marcos-bagno-a-lingua-como-instrumento-de-poder/>>. Acessado em 10-6-2017.

²⁶ JORNAL OPÇÃO. O português brasileiro precisa ser reconhecido como uma nova língua. E isso é uma decisão política. Disponível em: <<http://www.jornalopcao.com.br/entrevistas/o-portugues-brasileiro-precisa-ser-reconhecido-como-uma-nova-lingua-e-isso-e-uma-decisao-politica-37991/>>. Acessado em 28-3-2017.

9. METODOLOGIA

Este trabalho organizou-se em três eixos principais: a leitura de extensa bibliografia, a entrevista com especialistas – a maioria por telefone – e a visita à aldeia Sororó. No que se refere às leituras, elas se basearam não apenas em livros, mas também artigos de jornal e de internet, teses e relatórios.

Boa parte das entrevistas se deu com pessoas de fora de Brasília, como Iara Ferraz, residente no Rio de Janeiro, Sueli Bellato, residente em São Paulo, Zezinho do Araguaia, residente em Goiânia, Júnior Bacana, residente em Marabá, e Maurício Neves Corrêa, residente em Manaus. Portanto, boa parte das entrevistas ocorreu por telefone, *e-mail*, WhatsApp ou Facebook Messenger. As exceções foram as entrevistas concedidas por Hugo Studart, feitas tanto na Universidade de Brasília, durante a Semana Universitária de 2016, quanto em sua casa, e a de Érica Quinaglia Silva, também concedida na UnB.

Lista de entrevistados	
Mairá Suruí	indígena da etnia aikewára e cacique da Terra Indígena Sororó
Umasu Suruí	indígena da etnia aikewára e um dos catorze indenizados pela Caravana da Anistia
Mueiru Suruí	indígena da etnia aikewára e irmã de Umasu
Arihêra Suruí	indígena da etnia aikewára e esposa de Umasu
Api Suruí	indígena da etnia aikewára e um dos catorze indenizados pela Caravana da Anistia
Tawé Suruí	indígena da etnia aikewára e um dos catorze indenizados pela Caravana da Anistia
Marahy Suruí	indígena da etnia aikewára e um dos catorze indenizados pela Caravana da Anistia
Tiapé Suruí	indígena da etnia aikewára
Eric de Belém Oliveira (Eric Jamaica)	funcionário Funai
Diócles Rocha de Aguiar (Júnior Bacana)	funcionário Funai e ex-supervisor da Terra Indígena Sororó
Iara Ferraz	doutora em Antropologia Social pela UFRJ e passou mais de trinta anos trabalhando com os aikewáras
Sueli Bellato	ex-vice-presidente da Comissão de Anistia
Micheas Gomes de Almeida (Zezinho do Araguaia)	ex-guerrilheiro do Araguaia e militante do PCdoB
Carlos Hugo Studart Corrêa	doutor em História pela UnB
Maurício Neves Corrêa	doutorando em Linguística e Língua Portuguesa pela Unesp
Érica Quinaglia Silva	pós-doutora em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva pela UFRJ e coordenadora do CEP-CHS da UnB

A visita à aldeia Sororó consistiu no principal desafio para este trabalho. Ferraz havia sugerido que eu fizesse duas visitas aos indígenas: uma primeira apenas me apresentando e levando presentes a eles. Havia algumas razões para esse cuidado. Um deles era o ressentimento que os aikewáras ainda nutriam pela reportagem publicada na edição n.º 1 da revista *GQ Brasil*, de 2011, por Lucas Figueiredo, que os retratou como “mercenários selvagens” que decapitavam guerrilheiros – e, por consequência, desconfiavam de qualquer pessoa que se identificasse como “jornalista”. Além disso, recentemente uma criança havia morrido por afogamento e toda a aldeia estava em luto. Também, era época de colheita de castanha-do-pará e os indígenas poderiam não ter muito tempo para mim. Isso tudo fora o tradicional modo indígena de viver, que respeita tempo e lógica diferentes dos meus.

Cheguei a requerer duas autorizações de entrada à Funai. Porém, devido aos altos custos da ida à aldeia indígena, resolvi tentar concluir esta parte do projeto em apenas uma viagem. Prolonguei minha estada em Marabá e requeri permanência de uma semana já na primeira visita. Por sorte, o entrosamento com os aikewáras foi muito bom. Cheguei a comprar mantimentos para lhes dar de presente, mas não deram atenção. Umasu, porém, logo se encantou pelas cordas vermelhas que comprei para amarrar minha rede, que lhes dei com muito gosto. Foi Umasu, inclusive, junto a Júnior Bacana, os dois grandes intermediadores que facilitaram meu contato com a aldeia. Bacana me explicou, durante o trajeto até a aldeia, detalhes importantes sobre como agir, especialmente como demonstrar respeito pelos mais velhos. Umasu, por sua vez, foi quem me acolheu de pronto e me levou às casas dos demais aikewáras, pedindo pessoalmente para que falassem comigo.

Para esse processo, uma mudança foi fundamental: eu não dormiria na escola da aldeia, onde ficam outros *kamarás*. Eu dormiria entre os aikewáras, na casa da irmã de Umasu, Mueiru. Isso foi fundamental para observá-los no cotidiano, conversar com eles e perceber um pouco sua visão de mundo. Me ajudou a alterar minha interpretação do que é ser indígena, permitindo que eu produzisse um texto mais rico em detalhes.

Devido aos altos custos, não foi possível levar um fotógrafo comigo, e por isso concentrei todas as funções jornalísticas. Entendo que a produção de imagens para a reportagens poderia ter sido mais diversificada, porém, vista essa limitação, não foi possível.

10. CONCLUSÃO

Devido a uma série de questões, este trabalho precisou de ser suspenso por seis meses logo após retornar da aldeia Sororó. Ao retomar as atividades, comecei o contato com os demais especialistas a fim de desenvolver a parte teórica do projeto. O contato foi relativamente fácil, porém a dificuldade estava em saber o que filtrar do que foi apurado. Tudo o que cerca indígenas e a Guerrilha do Araguaia é eivado de muita ideologia e crenças sem a devida comprovação fática. Outras pessoas consultadas não foram citadas neste trabalho porque houve incertezas sobre a validade de seus depoimentos.

O que se percebe de tudo o que foi aprendido é que muito ainda precisa de se evoluir para que a sociedade compreenda e aceite os povos indígenas. Não raro, foram ouvidas críticas de pessoas que não entendiam por que estudar os indígenas ou que duvidavam dos trabalhos da CNV sobre a indenização a torturados, mortos e desaparecidos na ditadura. Essas críticas dão a certeza da importância deste trabalho, que serve para evitar que esses temas sejam esquecidos, como foram em diversos momentos do passado.

O que se conclui é que indenizações monetárias, ainda que necessárias, não serão suficientes para mudar a realidade de indígenas, de vítimas da ditaduras e de seus parentes. É preciso de uma maior conscientização e respeito da sociedade, para que entenda a importância de se proteger minorias e corrigir erros do passado sem fomentar rivalidades ou radicalismos. Afinal, como diria Mahatma Ghandi, uma injustiça feita contra um é uma ameaça feita contra todos.

Para mim, foi uma excelente oportunidade para conhecer uma realidade totalmente diferente. Acredito que todo brasileiro deveria ter a oportunidade de conhecer de perto uma aldeia indígena – não aquelas maquiadas para turistas, cheias de clichês falsos, mas as verdadeiras, com pessoas que trabalham e estudam como qualquer outra. Foi uma excelente maneira de fechar o ciclo de minha segunda graduação.

Realizar a reportagem apresentada neste TCC me ensinou a superar desafios e a observar a realidade sob diferentes perspectivas. É o resultado de tudo o que aprendi em minha breve passagem pela graduação em jornalismo na UnB. A postura questionadora

e persistente, a busca por mais informações e a preocupação com a forma da redação final são resultado direto desse aprendizado.

Para graduandos que pretendem desenvolver algum projeto envolvendo indígenas, recomendo que antecipem o máximo possível as etapas de autorização da Funai e de avaliação de mérito do CEP-Conep. Essas exigências podem afetar demasiadamente o prazo do projeto ou mesmo inviabilizá-lo.

11. ORÇAMENTO

Os principais custos desta viagem se concentraram na viagem à aldeia Sororó.

Hotel em Marabá	R\$ 460,00
Passagem de avião Brasília-Marabá (ida e volta)	R\$ 505,00
Total	R\$ 965,00

Além disso, houve gastos com a compra de equipamentos para a viagem (lanterna, rede, cordas, botas, repelentes, protetor solar etc.), alimentação em Marabá, traslado aos aeroportos e com ligações telefônicas – tanto locais quanto interurbanas. Esse custo, todavia, não é possível de ser estimado.

Durante minha estada na aldeia indígena, não houve qualquer gasto. Os indígenas faziam questão de compartilhar sua comida e tratar da melhor maneira.

12. REFERÊNCIAS

ANCHIETA, José de. **Feitos de Mem de Sá**. São Paulo: Ministério da Educação e Cultura, 1970.

Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Convenção para a grafia dos nomes tribais. Revista de antropologia, São Paulo: USP, ano 2, número 2, 1954. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ra/issue/view/8378>>. Acessado em 8-6-2017.

BEAUCHAMP, T. L., CHILDRESS, J. F. Principles of Biomedical Ethics. 4ª ed. Nova Iorque: Oxford University Press, 1994.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. artigo 205.

BULHÕES, Marcelo. **Jornalismo e literatura em convergência**. São Paulo: Ática, 2007.

CASTRO, Marcos de. **A imprensa e o caos na ortografia**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Relatório. Brasília: CNV, 2014. 976 p. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=571>. Acessado em: 1-5-2017.

FERRAZ, I., CALHEIROS, O., SURUÍ, T., SURUÍ, Y. **O tempo da guerra: os aikewára e a guerrilha do Araguaia**. 2014. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/documentos/Capitulo14/Nota%2098%20-%20000092_000950_2014_66.pdf>. Acessado em: 3-11-2016.

FILHO, Romualdo Pessoa Campos. **Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOLDIM, José Roberto. Princípios éticos. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/bioetica/princip.htm>>. Acessado em 10-6-2017.

JORNAL OPÇÃO. O português brasileiro precisa ser reconhecido como uma nova língua. E isso é uma decisão política. Disponível em: <<http://www.jornalopcao.com.br/entrevistas/o-portugues-brasileiro-precisa-ser-reconhecido-como-uma-nova-lingua-e-isso-e-uma-decisao-politica-37991/>>. Acessado em: 3-11-2016.

KOTSCHO, Ricardo. **A prática da reportagem**. São Paulo: Ática, 2007

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MAGNO, A. B. **A agonia da grande reportagem: das grandes aventuras da imprensa brasileira à crise do mais fascinante dos gêneros jornalísticos**. 2006. 168 f. Tese (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília. 2006. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6641/1/2006_Ana%20Beatriz%20Magno.pdf>. Acessado em 22-5-2017.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. Oralidade e escrita. **Signótica**, Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística, Goiânia, volume 9, número 1: 119-145, 1997. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/sig/article/viewFile/7396/5262>>. Acessado em: 3-11-2016.

- MCCOMBS, M; SHAW, D. The agenda-setting function of mass media. **Public Opinion Quarterly**, Oxford University Press, vol. 36, n. 2, pp. 176-187, 1972.
- MCLUHAN, M., FIORE, Q. **The medium is the message: an inventory of effects**. Berkeley: Gingko Press, 1967.
- MEISNER, Maurice. **Mao's China and after**. Nova Iorque: Free Press, 1999.
- MELO, Patrícia Bandeira de. O índio na mídia: discurso e representação social. Observanordeste. Fundação Joaquim Nabuco, 2008. Disponível em: < <http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/indio.pdf>>. Acessado em 1-5-2017.
- MINARDI, Deborah. Mídia e representações sociais indígenas: caso do ataque ao acampamento guarani kaiowá. VIII Conferência Brasileira de Mídia Cidadã. 2012.
- MORAIS, Tais de, SILVA, Eumano. **Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha**. São Paulo: Geração Editorial, 2005.
- MOURA, Dione O. O relato jornalístico: além do atual, do singular e do extraordinário. In: Sérgio Dayrell Porto; Maurice Mouillaud. (Org.). **O jornal: da forma ao sentido**. 3ª ed. Brasília: Editora UnB, 2012.
- NEVES, I. S. **A invenção do índio e as narrativas orais tupi**. 2009. 209 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2009.
- O ESTADO DE S. PAULO. **Manual de redação e estilo**. Eduardo Martins (Org.). São Paulo: 1990. Disponível em: < <http://www.estadao.com.br/manualredacao/>>. Acessado em 1-5-2017.
- OXFORD DICTIONARY OF ENGLISH. Verbete *East Indies*. 2 ed. Oxford University Press, 2003. Disponível em: < https://en.oxforddictionaries.com/definition/east_indies>. Acessado em 1-5-2017.
- RIESMAN, D., GLAZER, N., DENNEY, R. **The lonely crowd: a study of the changing American character**. 2ª ed. New Haven: Yale University Press, 2001.
- STUDART, Hugo. **A lei da selva: estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a guerrilha do Araguaia**. São Paulo: Geração Editorial, 2006
- UNGARETTI, Wladimir. A Literatura como forma de resistência. **Ponto de Vista**, 2001.
- WHITE, D. M. The “gate-keeper”: a case study in the selection of news. **Journalism Quarterly**, n. 27, pp. 383-390, 1950.
- WOLFE, Tom. **Radical chique e o novo jornalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

13. ANEXOS

Fig. 1. Cena do filme *Arara*, de Jesco von Puttmaker, que mostra cenas da formatura da primeira turma da Guarda Rural Indígena, em fevereiro de 1970. Viria a se tornar o único registro conhecido de prática de tortura em evento oficial no Brasil.

Fig. 2. Xilogravura de Johann Froschauer para a carta *Mundus novus*, de Américo Vespúcio.

Fig. 3. Capa de edição de junho de 1992 da revista *Veja* retratando Paulinho Paiakã como selvagem.